



BOLETIM myLEX #9

Alteração à regulação dos Produtos Fitofarmacêuticos

A 24 de março de 2017 foi publicada o Decreto-Lei 35/2017 que procede à primeira alteração à Lei 26/2013 de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, que transpõe a Diretiva 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas.

O Decreto-Lei 35/2017 introduz alteração aos artigos 32.º, 54.º, 55.º e 58.º da Lei 26/2013.

É ainda revogada a alínea g) do n.º 4 do artigo 32.º da Lei 26/2013, de 11 de abril.

Entre as principais alterações introduzidas são de destacar as relativas à redução do risco na aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas e de lazer, nomeadamente em jardins infantis, jardins e parques urbanos, hospitais e noutros locais de prestação de cuidados de saúde bem como nas estruturas residenciais para idosos e ainda nos estabelecimentos de ensino. Para estes locais, não são permitidos tratamentos fitossanitários com recurso a produtos fitofarmacêuticos, com exceção das seguintes situações:

- a) Quando, comprovadamente, não se encontrem disponíveis meios e técnicas de controlo alternativas;
- b) Quando seja necessário fazer face a um perigo fitossanitário que constitua um risco para a agricultura, floresta ou ambientes naturais, devendo ser dada preferência a produtos fitofarmacêuticos de baixo risco ou que apresentem baixa perigosidade toxicológica, ecotoxicológica e ambiental e que não exijam medidas particulares de redução do risco para o homem ou para o ambiente.

NORMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

IFS Global Markets Food v2 - Programa de desenvolvimento e avaliação da segurança alimentar e da qualidade dos produtos.

NOVIDADES DA PLATAFORMA YOURSTEP MYLEX

Para além das habituais afinações e correções que são regularmente implementadas, a alteração mais visível, que será disponibilizada dentro de alguns dias, incidirá na interface de utilizador, com mudanças a nível de *layout* para que a aplicação tenha um aspeto mais limpo e funcional.

Serão ainda, ao mesmo tempo, disponibilizados gráficos que resumem a situação corrente das listas de verificação e diplomas.

É também aconselhado não usar o acesso por HTTP simples pois além de ser inseguro será brevemente removido. O método recomendado de acesso será por HTTPS.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

/ SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Retificação do Regulamento (UE) 2015/830 da Comissão, de 28 de maio de 2015. Altera o Regulamento (CE) 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).

Regulamento (UE) 2017/227 da Comissão, de 9 de fevereiro. Altera o anexo XVII do Regulamento (CE) 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) no que respeita ao éter bis (pentabromofenílico).

Portaria 97/2017 de 7 de março. Proceda à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho, para o ano de 2017.

Regulamento (UE) 2017/542 da Comissão, de 22 de março. Altera o Regulamento (CE) 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, aditando um anexo sobre informações harmonizadas relativas à resposta de emergência na área da saúde.

/ AMBIENTE

Regulamento de Execução (UE) 2017/12 da Comissão de 6 de janeiro. Relativo à forma e ao conteúdo dos pedidos de estabelecimento de limites máximos de resíduos em conformidade com o Regulamento (CE) 470/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Retificação da Decisão de Execução 2014/687/UE da Comissão de 26 de setembro de 2014. Estabelece as conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para a produção de pasta de papel, papel e cartão, nos termos da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Portaria 10/2017 de 9 de janeiro. Atualiza o valor da taxa do adicionamento sobre as emissões de CO.

Portaria 20/2017 de 11 de janeiro. Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade

vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável.

Portaria 30/2017 de 17 de janeiro. Proceda à primeira alteração da Portaria 326/2015, de 2 de outubro, que estabelece os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental.

Regulamento de Execução (UE) 2017/157 da Comissão, de 30 de janeiro. Renova a aprovação da substância ativa tiabendazol, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/201 da Comissão de 6 de fevereiro. Altera o Regulamento (UE) 37/2010, a fim de classificar a substância fluralaner no que respeita aos limites máximos de resíduos.

Regulamento de Execução (UE) 2017/239 da Comissão de 10 de fevereiro. Aprova a substância ativa oxatiapiprolina, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/240 da Comissão de 10 de fevereiro. Relativo à não aprovação do óleo essencial de Satureja montana L. como substância de base, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.

Regulamento de Execução (UE) 2017/244 da Comissão de 10 de fevereiro. Relativo à não renovação da aprovação da substância ativa linurão, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

Retificação do Regulamento (UE) 1357/2014 da Comissão de 18 de dezembro de 2014, que substitui o anexo III da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos resíduos e que revoga certas diretivas.

Decisão de Execução (UE) 2017/302 da Comissão de 15 de fevereiro. Estabelece conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, nos termos da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Retificação da Decisão 2014/955/UE da Comissão. Altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Portaria 86/2017 de 27 de fevereiro. Fixa as taxas devidas pelos serviços prestados e encargos associados referentes às áreas dos pedidos relativos a limites máximos de resíduos, da colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos e adjuvantes, e da distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional.

Portaria 88/2017 de 27 de fevereiro. Procede à primeira alteração à Portaria 286-B/2014, de 31 de dezembro.

Regulamento de Execução (UE) 2017/357 da Comissão de 28 de fevereiro. Relativo à não aprovação da substância ativa ciclaniliprole, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado.

Retificação da Decisão 2014/955/UE da Comissão de 18 de dezembro de 2014. Altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento de Execução (UE) 2017/375 da Comissão de 2 de março. Renova a aprovação da substância ativa prossulfurão como candidata a substituição, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/377 da Comissão de 3 de março. Relativo à não aprovação da substância ativa Pseudozyma flocculosa, estirpe ATCC 64874, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.

Regulamento de Execução (UE) 2017/406 da Comissão de 8 de março. Aprova a substância ativa de baixo risco vírus do mosaico da pera-melão, isolado suave VX1, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/407 da Comissão de 8 de março. Renova a aprovação da substância ativa iodossulfurão, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/408 da Comissão de 8 de março. Aprova a substância ativa de baixo risco vírus do mosaico da pera-melão, isolado suave VC1, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011.

Regulamento de Execução (UE) 2017/409 da Comissão de 8 de março. Aprova a substância de base peróxido de hidrogénio, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/419 da Comissão de 9 de março. Aprova a substância de base Urtica spp., em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

Regulamento de Execução (UE) 2017/428 da Comissão de 10 de março. Aprova a substância carvão vegetal com bentonite, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Resolução da Assembleia da República 46/2017 de 16 de março. Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reduzir o uso de embalagens plásticas, fomentando a utilização de materiais mais ecológicos.

Decreto-Lei 33/2017 de 23 de março. Assegura a execução e garante o cumprimento das disposições do Regulamento (CE) 1069/2009, que define as regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano.

Decreto-Lei 35/2017 de 24 de março. Altera a regulação dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Diretiva 2009/128/CE.

Portaria 124/2017 de 27 de março. Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à Portaria 57-B/2015, de 27 de fevereiro.

Decisão de Execução (UE) 2017/487 da Comissão. Altera a Decisão 2005/51/CE no que diz respeito ao período durante o qual pode ser introduzido na União, para efeitos de descontaminação, solo contaminado com pesticidas ou poluentes orgânicos persistentes.

Regulamento (UE) 2017/605 da Comissão de 29 de março. Altera o anexo VI do Regulamento (CE) 1005/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

/ QUALIDADE

Decisão (UE) 2017/176 da Comissão de 25 de janeiro. Estabelece os critérios para a atribuição do rótulo ecológico da UE a revestimentos à base de madeira, de cortiça ou de bambu para pavimentos.

Retificação do Regulamento (CE) 889/2008 da Comissão de 5 de setembro de 2008. Estabelece nor-

mas de execução do Regulamento (CE) 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo.

Regulamento de Execução (UE) 2017/306 da Comissão de 6 de fevereiro. Indica as prescrições de conceção, construção e desempenho e as normas de ensaio para os equipamentos marítimos.

Decreto-Lei 21/2017 de 21 de fevereiro. Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão, transpondo a Diretiva 2014/35/EU.

Decreto-Lei 31/2017 de 22 de março. Estabelece as regras aplicáveis à compatibilidade eletromagnética dos equipamentos, transpondo a Diretiva 2014/30/EU.

Decreto-Lei 37/2017 de 29 de março. Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de recipientes sob pressão simples, transpondo a Diretiva 2014/29/EU.

Regulamento de Execução (UE) 2017/548 de 29 de março. Estabelece um formulário normalizado para a declaração escrita sobre a retirada ou a rutura do selo do tacógrafo.

/ SEGURANÇA ALIMENTAR

ADIÇÃO DE ADITIVOS AOS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

Regulamento (UE) 2017/324 da Comissão de 24 de fevereiro. Altera o anexo do Regulamento (UE) 231/2012 que estabelece especificações para os aditivos alimentares enumerados nos anexos II e III do Regulamento (CE) 1333/2008 no que diz respeito às especificações para o copolímero de metacrilato básico (E 1205).

Regulamento (UE) 2017/335 de Comissão de 27 de fevereiro. Altera o anexo II do Regulamento (CE) 1333/2008 no que diz respeito à utilização de glicosídeos de esteviol (E 960) como edulcorante em certos produtos de confeitaria com valor energético reduzido.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

BEBIDAS ESPIRITUOSAS DE ORIGEM NÃO VÍNICA

Portaria 32/2017 de 18 de janeiro. Procede à regulamentação do regime de produção, armazenamento e circulação de bebidas não alcoólicas.

CONTAMINANTES ALIMENTARES

Regulamento (UE) 2017/170 da Comissão de 30 de janeiro. Altera os anexos II, III e V do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de bifentrina, carbetamida, cinidão-etilo, fenpropimorfe e triflussulfurão no interior e à superfície de certos produtos.

Regulamento (UE) 2017/171 da Comissão de 30 de janeiro. Altera os anexos II, III e IV do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de aminopirralida, azoxistrobina, ciantraniliprol, ciflufenamida, ciproconazol, dietofencarbe, ditiocarbamatos, fluazifope-P, fluopirame, haloxifope, isofetamida, metalaxil, pro-hexadiona, propaquizafope, pirimetanil, Trichoderma atroviride estirpe SC1 e zoxamida no interior e à superfície de determinados produtos.

Regulamento de Execução (UE) 2017/186 da Comissão de 2 de fevereiro. Estabelece condições específicas aplicáveis à introdução na União de remessas [Sementes de sésamo (sementes de gergelim), Folhas de bétel (Piper betle L.)] provenientes de certos países terceiros, devido à contaminação microbiológica, e que altera o Regulamento (CE) 669/2009.

Regulamento (UE) 2017/405 da Comissão de 8 de março. Altera os anexos II e III do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de sulfoxaflor no interior e à superfície de certos produtos.

GÉNEROS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL

Retificação do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho de 03 de março. Retificação do Regulamento (UE) 2016/429, relativo às doenças animais transmissíveis e que altera e revoga determinados atos no domínio da saúde animal.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Regulamento (UE) 2017/228 da Comissão de 9 de fevereiro. Altera o Regulamento (CE) 178/2002 no que respeita às designações e aos domínios de competência dos painéis científicos da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos.

FITOFARMACEUTICOS

Decreto-Lei 35/2017 de 24 de março. Altera a regulação dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Diretiva 2009/128/CE.

MATERIAIS E OBJETOS PARA CONTACTO ALIMENTAR

Recomendação (UE) 2017/84 da Comissão 16 de janeiro. Relativa à monitorização de hidrocarbonetos de óleos minerais nos alimentos e em materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos.

/OUTROS RELEVANTES

Portaria 17/2017 de 11 de janeiro. Primeira alteração à Portaria 246-A/2016, de 8 de setembro – gasóleo profissional.

Decreto-Lei 14/2017 de 26 de janeiro. Altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.

Portaria 39/2017 de 26 de janeiro. Altera o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal, previsto na Portaria 97/2015 de 30 de março, dando execução do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 171º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro.

Portaria 20/2017 de 11 de janeiro. Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável.